



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - DEMLURB
PROCESSO nº 007709/2018

AVISO

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do **tipo menor preço**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para serviço de locação mensal de veículo automotor, sem motorista e sem combustível, para atender a demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital da Licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/2002, Decreto nº 7.962/2003 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 30 (trinta) de outubro de 2018, às 15h (quinze) horas**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

Poderão participar da licitação sociedades empresárias que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um CD/DVD ou pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br/>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – pregaopresencial@pjf.mg.gov.br - ou via fax – (32)3690-8184, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8494.**

Juiz de Fora, 16 de outubro de 2018.

Comissão Permanente de Licitação



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - DEMLURB

A **Comissão Permanente de Licitação**, com sede na Avenida Brasil, 2001, 6º andar, Juiz de Fora/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/2002, Decreto nº 7.962/2003 e, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra-citado, no dia e hora marcados, quando será realizada a sessão pública de abertura.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para o Registro de Preços objetivando **para serviço de locação mensal de veículo automotor, sem motorista e sem combustível, para atender a demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB**, conforme especificações detalhadas constantes do ANEXO I, parte integrante deste edital.

1.2. A sociedade empresária vencedora, quando da solicitação do veículo pelo DEMLURB, gestora do contrato, deverá atender a todas as exigências constantes neste Edital.

1.3. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização será de no máximo 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da Solicitação do DEMLURB, acompanhada da Nota de Empenho.

1.4. A sociedade empresária vencedora deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

1.4.1. A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo, observando a quantidade máxima estimada para cada um.

2 - LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1 - A abertura desta licitação ocorrerá no dia e hora marcados, indicados no Aviso do Edital, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

2.2 - Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio (dirigente/proprietário) ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, em ambos casos **se exigirá apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social.**

3.1.1. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta, também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

3.1.1.1. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar



os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

3.2 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo V.

3.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo V.

3.4. É vedada a participação:

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução; liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1 - A Proposta de Preços deverá ser digitalizada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da sociedade empresária, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:

**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

4.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

4.2.1 – Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação;

4.2.2 - Preço unitário e global, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, sendo os valores relativos a cada item (unitário e global) em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo duas casas decimais, considerando as condições deste Edital;

4.3- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

4.4- A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.



4.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

5 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

5.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá a sociedade (s) empresária (s), **vencedora** apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação, preferencialmente, com no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

6.1.2 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

6.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica.

6.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

6.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



6.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

6.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade (s) empresária (s), ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme Anexo VIII:

6.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.4.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

6.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

6.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

6.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Anexo VII.

6.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo VI.

6.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo



Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.7 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

6.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da(s) sociedade (s) empresária (s), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

6.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

6.4.1.2. A (s) sociedade (s) empresária (s), com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou.
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

6.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 6.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade (s) empresária (s), proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

6.4.2. A capacidade Financeira da sociedade (s) empresária (s), será avaliada mediante os seguintes indicadores:



Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

6.4.2.1. O item 6.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

6.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

6.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

6.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

6.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

6.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1(um) **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento da prestação de serviços semelhantes.

6.6 - Não tendo a sociedade (s) empresária (s), classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade (s) empresária (s), seguinte na ordem de classificação.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

6.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.3 e 6.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.



6.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

6.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

6.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

6.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7 – DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

7.1 - Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes nº 01 e nº 02.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 – Havendo diferença entre o preço unitário e o seu correspondente preço global, prevalecerá o cotado em preço unitário cabendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

7.3.2 - Os erros aritméticos serão corrigidos da seguinte forma:

a) Em caso de discrepância entre o preço global e o preço unitário pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;

b) Em caso de discrepância entre o valor por extenso e as respectivas cifras, prevalecerá o valor por extenso. Caso o proponente não aceite a correção dos erros a sua proposta será desclassificada.

7.4 - No curso da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.

7.5 - Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6 - Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.



7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10 – Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.

7.10.1 - Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.

7.10.2. Quando solicitado pelo Pregoeiro, a proponente que ofertou o melhor lance e que atenda às condições de habilitação deverá apresentar a planilha de preço adequada no prazo de até 02 (dois) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, na qual o valor deverá ser igual ou menor (se for necessário arredondamento de valores) ao lance vencedor.

7.11 - Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e uma vez aceita a proposta dará sequência ao procedimento para análise do atendimento às condições de habilitação.

7.12 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "6" deste Edital.

7.13 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

7.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

7.17 - Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.17.1 - Os recursos deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.17.2 - Os recursos serão dirigidos a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

7.18- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.



7.19 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

7.20 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na Sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.21 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.

7.22 – É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

7.23 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

7.23.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

7.23.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

7.23.3 – O novo lance que porventura for manifestado respeitando o item anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto será adjudicado em favor da detentora deste novo lance, ou seja, a microempresa ou empresa de pequeno porte que tiver exercido seu direito nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06;

7.23.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.23.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 7.23.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.23.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.23.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.23.7 – O procedimento previsto no item 7.23 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

7.24. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo expurgados.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Será considerada vencedora a proponente que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com especificado no Anexo I**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital



8.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, OBRIGATORIAMENTE, por SORTEIO, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, ressalvada a observância da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2º (**segundo**) dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de proposta ou habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

10.2- A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

10.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

10.4 - Decorrido o prazo do item 10.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isoladamente ou conjuntamente:

10.4.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

10.4.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.4.3 - A multa de que trata o item 10.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.5. A Administração Pública através da(s) Unidade(s) Requisitante(s) nos termos preceituados pela legislação específica ou, conforme o caso, convocará o Detentor da Ata de Registro de Preços para formalizar o termo contratual.

10.5.1. A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a



vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

10.6. DO CONTRATO

10.6.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

10.6.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

10.6.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

10.6.4. O Contrato a ser firmado com a sociedade empresária vencedora, terá **vigência de 12(doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade da prestação do serviço, no termo do inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

10.7. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

10.7.1. O instrumento contratual a ser firmado com a sociedade empresária vencedora, poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o prazo mínimo de 01(um) ano, a contar da data da assinatura do contrato.

10.7.2. Para o reajuste do contrato será adotado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº. 8.542/2005.

11. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (LOCAÇÃO DE VEÍCULO)

11.1. A prestação do serviço objeto deste documento será realizada pela sociedade empresária a contar do firmamento do Contrato e se fará, quando da apresentação da requisição própria do DEMLURB, devidamente assinada por seu servidor designado pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

11.1.1. Os veículos serão locados de acordo com as necessidades do DEMLURB e **deverão estar à disposição em no máximo 10 (dez) dias úteis** após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.

11.1.2. Todo o veículo discriminado neste, no ato do recebimento, **deverá ser de propriedade da sociedade empresária contratada, novo, na cor prata, com no máximo 01(um) ano de fabricação e no máximo 2.000 km rodado**, movido a gasolina ou flex, contados a partir da data da assinatura da Ata, do Contrato ou Aditivo de acréscimo, todo em perfeito estado de conservação e uso, e deverá estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

11.1.3. A sociedade empresária contratada deverá entregar o veículo ao DEMLURB, na Avenida Francisco Valadares, 1000 - Vila Ideal, Juiz de Fora – MG, às suas expensas.

11.2. Não será aceito veículo diferentemente do especificado neste documento, sob pena de devolução do mesmo e aplicação das penalidades cabíveis.



11.2.1. o veículo objeto da locação, será vistoriado pelo DEMLURB e o recusado deverá ser substituído por outro com a mesma característica definida neste, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal, devidamente justificada.

11.2.2. Caso a sociedade empresária contratada, no prazo previsto no item **11.2.1**, não disponha do veículo na condição prevista, deverá no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas), a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato a ser providenciado pela Unidade Requisitante, disponibilizar veículo provisório, no mínimo, na mesma característica do locado, exceto no que diz respeito a cor, quilometragem e ano de fabricação, todo em bom estado de conservação e uso, devendo este, estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

11.2.2.1. O veículo provisório será vistoriado pelo DEMLURB e em caso de nova recusa, deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas após a comunicação formal, devidamente justificada.

11.2.2.2. Utilizando a sociedade empresária contratada da prerrogativa prevista no item **11.2.1**, o prazo para entrega do veículo definitivo, nas condições previstas, será de no máximo 30 (trinta) dias úteis a contar da data da entrega do 1º (primeiro veículo).

11.3. O DEMLURB não se responsabilizará por veículo locado a terceiro, mesmo que este seja seu servidor.

11.4. Durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preço, o veículo que não apresentar as características constantes do item **11.1.2** ou não apresente condições de segurança, conservação e limpeza adequadas à sua utilização, a critério do usuário ou da fiscalização, deverá ser substituído.

11.5. A sociedade empresária contratada deverá entregar no DEMLURB – Setor de Transportes, juntamente com o veículo locado, o seguinte documento: Certificado Registro Licenciamento de Veículo, Bilhete de Seguro DPVAT pago, IPVA pago, Taxa de Licenciamento paga e Declaração de Nada Consta do veículo relativo a possíveis multas e cópia da apólice de seguro particular contra terceiro e acidentes. Esta exigência aplica-se, também, ao veículo de reserva.

11.6. Em caso excepcional e, devidamente autorizado e justificado pela Diretoria Operacional do DEMLURB, poderá ser utilizado veículo extra, na modalidade diária, desde que observado o limite da previsão orçamentária, considerando-se como extra, aquele veículo que não ultrapassar a sua utilização em mais de 05 (cinco) dias corrido e o pagamento será realizado na proporção de uma diária para cada 24h (vinte e quatro horas), conforme preço previamente registrado.

11.7. No veículo locado, poderá ser instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento que for necessário ao desempenho da função, bem como poderá receber identificação por adesivo, pela Prefeitura de Juiz de Fora, Administração Direta e Indireta, correspondente ao serviço prestado, às suas expensas através de projeto definido pela Secretaria de Comunicação Social – SCS e implantado pelo DEMLURB, vedada a utilização de quaisquer outros tipos.

11.8. O veículo locado através da modalidade “diária” e o veículo de reserva, não será adesivado e ou instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento.

11.9. Ao término do contrato ou das condições previstas no item **11.14**, o custo com retirada do equipamento instalado serão de responsabilidade da Contratante e recuperação da pintura do veículo serão por conta e risco da Contratada, sem qualquer ônus a Contratante.

11.10. Não será permitida a utilização de veículo diferente do tipo contratado.

11.11. A sociedade empresária contratada adotará controle de uso mediante a emissão de *Boletim Diário de Transporte (BDT)*, conforme modelo já adotado pela Municipalidade.



11.12. O período de utilização da frota, na modalidade “locação mensal” será de 24h (vinte e quatro horas) diárias, 7(sete) dias por semana.

11.13. O controle da quilometragem rodada mensalmente se fará somente para fins de controle de utilização do veículo locado e dar-se-á através do odômetro da viatura, que deverá se encontrar em perfeito funcionamento.

11.14. Os veículos locados deverão ser trocados automaticamente ao atingirem 60.000km (sessenta mil quilômetros), devendo o veículo ser substituído por outro veículo novo (zero km), nas mesmas condições e características definidas neste, principalmente em caso de eventual prorrogação do prazo contratual.

11.15. Em caso de avaria mecânica em viagens, a sociedade empresária contratada deverá ressarcir ao DEMLURB, os valores pago decorrentes do reparos emergenciais e traslado do veículo e passageiro, sempre mediante a devida comprovação do gasto efetuado, se não for possível a utilização de outro veículo da frota em tempo hábil do atendimento.

11.16. Todo o veículo deverá apresentar emplacamento realizado na data estipulada pelo órgão competente, de acordo com o final da placa e deverão estar segurado com cobertura total contra acidentes, dano a terceiro, furto, roubo e incêndio e dano materiais e corporais.

11.17. A Contratada obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

11.18. A contratada deverá disponibilizar serviço de guincho 24h (vinte e quatro horas) para recolhimento de veículo acidentado ou com falha mecânica, dentro do Município.

11.19. Em caso de pane ou acidente, substituir o veículo por outro, nas mesmas condições do veículo locado, no prazo máximo de 04(quatro) horas a partir do comunicado do setor responsável do DEMLURB (Setor de Transportes) à Contratada.

12. DA MEDIÇÃO do SERVIÇO

12.1. O serviço será remunerado pelo valor mensal contratado para cada veículo que for expedido a ordem de serviço.

12.2. A medição do serviço será mensal, e coincidirá com o último dia do mês.

12.3. Na hipótese de veículo sem substituição, por dia falto, será descontada a fração de 3/30 do valor corresponde à locação mensal do automóvel.

12.4. O veículo locado através da modalidade denominada “diária” será faturado mensalmente na proporção de uso diário do veículo, quando contratado.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA VENCEDORA:

13.1.1. Executar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, o serviço objeto do contrato, segundo as necessidades do DEMLURB.

13.1.2. Executar o serviço especificado na requisição, de acordo com as necessidades e o interesse do DEMLURB, obedecendo rigorosamente o prazo e as condições estabelecidas no contrato.



13.1.3. Pagar todo o tributo que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado.

13.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do artigo 55, sob pena de retenção do pagamento, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

13.1.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressões que se fizerem necessário no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% do valor contratado.

13.1.6. Garantir o perfeito funcionamento do veículo locado, promovendo o reparo que se fizer necessário à manutenção da frota, sem interrupção da locação normal.

13.1.7. Manter o veículo locado em perfeitas condições de funcionamento, com o dispositivo/equipamento de segurança e proteção exigido pela legislação.

13.1.8. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do veículo locado, a qual deverá se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência ao período para substituição de pneus desgastados, peças, materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimento de manutenção corretiva oriundo da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

13.1.9. Apresentar obrigatoriamente, quando da Vistoria Técnica, plano de manutenção e conservação do veículo locado a ser utilizado na execução do contrato, inclusive procedimento de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e plano de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

13.1.10. Revisar periodicamente, os itens de segurança do veículo locado, de forma que seja garantida a segurança do motorista e servidores do DEMLURB.

13.1.11. Fornecer o veículo compatível com a necessidade do DEMLURB, conforme exposto, no prazo máximo 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.

13.1.12. Substituir, por sua conta, imediatamente o veículo locado por outro de idêntica característica, em caso de sinistro e/ou problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

13.1.13. A Substituição a que se refere o sub-item anterior, deverá ser efetivada no prazo máximo de 02h(duas horas), contadas a partir da comunicação feita pelo Setor de Transporte do DEMLURB, através de requisição própria.

13.1.14. Manter documentação do veículo dentro das exigências estabelecidas pelo CNT.

13.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia: substituição de pneus e/ou rodas c/pneus, ocasionado por furo ou rasgo nos pneus e danificação nas rodas do veículo locado.

13.1.16. Disponibilizar o veículo locado com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiro, (cobertura física e material).



13.1.17. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB, as revisões preventivas e corretivas, serviço de borracharia e outras necessidades à manutenção do veículo locado, que correrão por conta da sociedade empresária contratada, p/acompanhamento da execução do contrato.

13.1.18. Não substituir, nem fornecer o veículo locado, por solicitação de condutor ou agente público, sem a prévia autorização do Setor de Transporte do DEMLURB.

13.1.19. Informar previamente ao Setor de Transporte do DEMLURB quando se tratar de veículo em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

13.1.20. Disponibilizar durante 24h (vinte e quatro horas), inclusive sábado domingo e feriado, atendimento para sinistro, serviço de guincho, borracharia e eventual substituição do veículo locado.

13.1.21. Disponibilizar no prazo máximo de 02h (duas horas), serviço de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

13.1.22. Todo o imposto, taxas, contribuições e outro porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão incluso no valor do contrato.

13.1.23. Responder por perdas e dano que vier causar ao DEMLURB, ou a terceiro, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

13.1.24. Apresentar nota fiscal/fatura, em 3(três) vias, correspondente ao serviço executado, contendo o custo e eventuais desconto concedido, acompanhada de relatório mensal de execução do serviço.

13.1.25. Comunicar, imediatamente e por escrito, todo o sinistro para o devido registro no Setor de Transportes do DEMLURB.

13.1.26. A contratada deverá **enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelo órgão fiscalizadores em tempo hábil**, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a sociedade empresária contratada, caso haja improcedência do recurso administrativo.

13.1.27. Acompanhar junto ao Setor de Transporte do DEMLURB a quilometragem do veículo locado para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

13.1.28. Prestar ao Setor de Transporte do DEMLURB, toda e qualquer informação necessária, à perfeita execução do Contrato.

13.1.29. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiro, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, o veículo locado estiverem sob sua responsabilidade.

13.1.30. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço executado, no termo da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outro detalhamento, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas do DEMLURB.

13.1.31. A contratada deverá manter preposto, aceito pela Diretoria Operacional do DEMLURB, para representá-la na execução do contrato.

13.1.32. Executar o serviço no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.



13.1.33. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao DEMLURB o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

13.1.34. Comunicar imediatamente ao DEMLURB, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

13.1.35. Responder direta e exclusivamente pela execução do Contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo serviço prestado a terceiro, sem o expresso consentimento do DEMLURB.

13.1.36. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.37. Responder por quaisquer danos ou prejuízo que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiro, durante a execução do Contrato, inclusive por ato praticado por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de crédito da sociedade empresária contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

13.1.38. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas relativas ao veículo locado:

- Imposto de Propriedade Veicular Automotiva – IPVA;
- Seguro Obrigatório;
- Taxa de Licenciamento;
- seguro total em relação a danos materiais e corporais a terceiro;
- pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção preventiva e corretiva do veículo, devido ao uso ou acidente;

13.1.39. Manter equipe de fiscalização e supervisão da qualidade do serviço prestado e representá-la sempre que necessário junto ao Município.

13.1.40. Apresentar, mensalmente, por contrato, relação da placa do veículo locado, com os dias de prestação de serviço, apontando as substituições, se houver ou o desconto, se ocorrer.

13.1.41. Manter estrutura em Juiz de Fora para funcionamento de escritório para atendimento diário ao Gestor do Contrato por todo o período de contratação, caso a sociedade empresária não tenha estabelecimento neste Município.

13.1.42. A CONTRATADA obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

13.1.43. Relatar, formalmente, ao Fiscalizador do Contrato toda e qualquer irregularidade observada no uso do veículo.

13.2. DAS OBRIGAÇÕES DO DEMLURB:

13.2.1. Requisitar, por meio da Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato, o serviço a serem prestado, conforme as necessidades do DEMLURB, por meio da respectiva Nota de Empenho e com autorização da Diretoria Operacional, que atestará o recebimento do serviço.

13.2.1.1. Compete ao fiscal da execução contratual:

- I. emitir Ordens de Serviço;
- II. fiscalizar a execução do serviço;



III. remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória;

IV. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeito observado.

13.2.2. O DEMLURB reserva-se no direito de não receber o veículo locado com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste documento, podendo aplicar as penalidades previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art.24, inciso XI da Lei 8.666/93.

13.2.3. Conferir o veículo locado, embora a sociedade empresária contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço nas condições especificadas.

13.2.4. Proporcionar condições à sociedade empresária contratada para que possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.

13.2.5. Comunicar à sociedade empresária contratada qualquer irregularidade no veículo locado e interromper imediatamente o mesmo, se for o caso.

13.2.6. Solicitar a correção do veículo locado que não apresentarem condições de serem utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo fiscalizador do Contrato.

13.2.7. Prestar as informações e o esclarecimento que venham a ser solicitado pela sociedade empresária contratada.

13.2.8. Impedir que terceiros executem o objeto do contrato.

13.2.9. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

13.2.10. Efetuar o pagamento à sociedade empresária contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Operacional, por meio do fiscalizador designado.

13.2.11. Notificar, por escrito, à sociedade empresária contratada da aplicação de qualquer sanção, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória.

13.2.12. Aplicar à sociedade empresária contratada, penalidades, quando for o caso;

13.2.13. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas:

- locação do veículo;
- remuneração de motoristas;
- abastecimento de combustível;
- multas advindas de infrações de trânsito, causadas pelos motoristas do DEMLURB, no período em que o veículo estiver locado.

14 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

14.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;



- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

14.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

14.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

14.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

14.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 14.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

14.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 14.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

14.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

14.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

14.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

14.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.



14.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

15. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pelo DEMLURB;

15.1.1. O DEMLURB atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à sociedade empresária contratada;

15.1.2. O recebimento definitivo do objeto contratado, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recurso Financeiro do DEMLURB, creditado em favor da sociedade empresária contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização e o Termo de Recebimento Definitivo emitido por servidor lotado na Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA/CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

16.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

16.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, Certidão Negativa de Débito Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Trabalhistas (CPENDT), Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa de Débito Municipal (Juiz de Fora), Certidão Negativa de Débito Municipal (Sede da Contratada), Certidão Conjunta de Débito Relativo ao Tributo Federais e Dívida Ativa da União, autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

16.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **16.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

16.5. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força deste documento.

16.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **16.4**, não correrá juro ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste documento.

16.7. O documento de cobrança deverá ser corretamente emitido e, no caso de incorreção, será devolvido e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

16.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do



efetivo pagamento e o juro de mora será calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juro de mora anual;

EM = encargo moratório

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

16.9. Para a hipótese definida no item **16.8**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

16.10. As despesas com o objeto em questão correrão à conta da **dotação orçamentária nº 1.04.122.0007.20040000 – Outro Serviço de Terceiro/Pessoa Jurídica, Fonte 0160000000**, saldo disponível na dotação para o exercício de 2018, mediante a devida previsão financeira.

17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

17.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.

17.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

17.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF pelo telefone: (32) 3690-8188, fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

17.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

17.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL/PJF obedecida a legislação vigente.

17.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.



17.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.11- Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo II – Modelo de Credenciamento.

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo V - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo VI - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo VII - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo IX – Minuta de Contrato.



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - DEMLURB

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de **serviço de locação mensal de veículo automotor, sem motorista e sem combustível, para atender a demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB**, conforme relação constante neste Termo de Referência.

1.2. A sociedade empresária vencedora, quando da solicitação do veículo pelo DEMLURB, gestora do contrato, deverá atender a todas as exigências constantes neste Termo de Referência.

1.3. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização será de no máximo 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da Solicitação do DEMLURB, acompanhada da Nota de Empenho.

1.4. A sociedade empresária vencedora deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

1.4.1. A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo, observando a quantidade máxima estimada para cada um.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O DEMLURB tem como uma de suas metas maximizar a eficiência de seus serviços, através da redução de custo e tempo envolvido na realização de suas atividades.

2.2. A contratação justifica-se devido à necessidade de manter os veículos utilizados pelo DEMLURB em circulação, evitando-se desta forma prejuízo para o funcionamento das atividades de transporte desta Autarquia e para que não se comprometa os serviços essenciais de limpeza pública, prestado ao Município.

2.3. A contratação do serviço de locação de veículos leves para atender a demanda do DEMLURB, justifica-se também, consoante ao fato de não ter ocorrido investimento para aquisição de veículos no último ano.

2.4. A previsão do quantitativo a ser locado, baseia-se de acordo com as necessidades e a demanda dos exercícios anteriores

3. RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PREVISÃO FINANCEIRA

3.1. As despesas com o objeto em questão correrão à conta da **dotação orçamentária nº 1.04.122.0007.20040000 – Outro Serviço de Terceiro/Pessoa Jurídica, Fonte 016000000**, saldo disponível na dotação para o exercício de 2018, mediante a devida previsão financeira.

4. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (LOCAÇÃO DE VEÍCULO)

4.1. A prestação do serviço objeto deste documento será realizada pela sociedade empresária a contar do firmamento do Contrato e se fará, quando da apresentação da requisição própria do DEMLURB, devidamente assinada por seu servidor designado pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

4.1.1. Os veículos serão locados de acordo com as necessidades do DEMLURB e **deverão estar à disposição em no máximo 10 (dez) dias úteis** após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.



4.1.2. Todo o veículo discriminado neste, no ato do recebimento, **deverá ser de propriedade da sociedade empresária contratada, novo, na cor prata, com no máximo 01(um) ano de fabricação e no máximo 2.000 km rodado**, movido a gasolina ou flex, contados a partir da data da assinatura da Ata, do Contrato ou Aditivo de acréscimo, todo em perfeito estado de conservação e uso, e deverá estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

4.1.3. A sociedade empresária contratada deverá entregar o veículo ao DEMLURB, na Avenida Francisco Valadares, 1000 - Vila Ideal, Juiz de Fora – MG, às suas expensas.

4.2. Não será aceito veículo diferentemente do especificado neste documento, sob pena de devolução do mesmo e aplicação das penalidades cabíveis.

4.2.1. o veículo objeto da locação, será vistoriado pelo DEMLURB e o recusado deverá ser substituído por outro com a mesma característica definida neste, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal, devidamente justificada.

4.2.2. Caso a sociedade empresária contratada, no prazo previsto no item **4.2.1**, não disponha do veículo na condição prevista, deverá no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas), a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato a ser providenciado pela Unidade Requisitante, disponibilizar veículo provisório, no mínimo, na mesma característica do locado, exceto no que diz respeito a cor, quilometragem e ano de fabricação, todo em bom estado de conservação e uso, devendo este, estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

4.2.2.1. O veículo provisório será vistoriado pelo DEMLURB e em caso de nova recusa, deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas após a comunicação formal, devidamente justificada.

4.2.2.2. Utilizando a sociedade empresária contratada da prerrogativa prevista no item **4.2.1**, o prazo para entrega do veículo definitivo, nas condições previstas, será de no máximo 30 (trinta) dias úteis a contar da data da entrega do 1º (primeiro veículo).

4.3. O DEMLURB não se responsabilizará por veículo locado a terceiro, mesmo que este seja seu servidor.

4.4. Durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preço, o veículo que não apresentar as características constantes do item **4.1.2** ou não apresente condições de segurança, conservação e limpeza adequadas à sua utilização, a critério do usuário ou da fiscalização, deverá ser substituído.

4.5. A sociedade empresária contratada deverá entregar no DEMLURB – Setor de Transportes, juntamente com o veículo locado, o seguinte documento: Certificado Registro Licenciamento de Veículo, Bilhete de Seguro DPVAT pago, IPVA pago, Taxa de Licenciamento paga e Declaração de Nada Consta do veículo relativo a possíveis multas e cópia da apólice de seguro particular contra terceiro e acidentes. Esta exigência aplica-se, também, ao veículo de reserva.

4.6. Em caso excepcional e, devidamente autorizado e justificado pela Diretoria Operacional do DEMLURB, poderá ser utilizado veículo extra, na modalidade diária, desde que observado o limite da previsão orçamentária, considerando-se como extra, aquele veículo que não ultrapassar a sua utilização em mais de 05 (cinco) dias corrido e o pagamento será realizado na proporção de uma diária para cada 24h (vinte e quatro horas), conforme preço previamente registrado.

4.7. No veículo locado, poderá ser instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento que for necessário ao desempenho da função, bem como poderá receber identificação por adesivo, pela Prefeitura de Juiz de Fora, Administração Direta e Indireta, correspondente ao serviço prestado, às suas expensas através de projeto definido pela Secretaria de Comunicação Social – SCS e implantado pelo DEMLURB, vedada a utilização de quaisquer outros tipos.



4.8. O veículo locado através da modalidade “diária” e o veículo de reserva, não será adesivado e ou instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento.

4.9. Ao término do contrato ou das condições previstas no item **4.14**, o custo com retirada do equipamento instalado serão de responsabilidade da Contratante e recuperação da pintura do veículo serão por conta e risco da Contratada, sem qualquer ônus a Contratante.

4.10. Não será permitida a utilização de veículo diferente do tipo contratado.

4.11. A sociedade empresária contratada adotará controle de uso mediante a emissão de *Boletim Diário de Transporte (BDT)*, conforme modelo já adotado pela Municipalidade.

4.12. O período de utilização da frota, na modalidade “locação mensal” será de 24h (vinte e quatro horas) diárias, 7(sete) dias por semana.

4.13. O controle da quilometragem rodada mensalmente se fará somente para fins de controle de utilização do veículo locado e dar-se-á através do odômetro da viatura, que deverá se encontrar em perfeito funcionamento.

4.14. Os veículos locados deverão ser trocados automaticamente ao atingirem 60.000km (sessenta mil quilômetros), devendo o veículo ser substituído por outro veículo novo (zero km), nas mesmas condições e características definidas neste, principalmente em caso de eventual prorrogação do prazo contratual.

4.15. Em caso de avaria mecânica em viagens, a sociedade empresária contratada deverá ressarcir ao DEMLURB, os valores pago decorrentes do reparos emergenciais e traslado do veículo e passageiro, sempre mediante a devida comprovação do gasto efetuado, se não for possível a utilização de outro veículo da frota em tempo hábil do atendimento.

4.16. Todo o veículo deverá apresentar emplacamento realizado na data estipulada pelo órgão competente, de acordo com o final da placa e deverão estar segurado com cobertura total contra acidentes, dano a terceiro, furto, roubo e incêndio e dano materiais e corporais.

4.17. A Contratada obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

4.18. A contratada deverá disponibilizar serviço de guincho 24h (vinte e quatro horas) para recolhimento de veículo acidentado ou com falha mecânica, dentro do Município.

4.19. Em caso de pane ou acidente, substituir o veículo por outro, nas mesmas condições do veículo locado, no prazo máximo de 04(quatro) horas a partir do comunicado do setor responsável do DEMLURB (Setor de Transportes) à Contratada.

5. HABILITAÇÃO/ CRITÉRIO PARA PROPOSTA /SANÇÃO

5.1. As exigências de habilitação, o critério de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas no edital, no termo da Lei nº10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº8.666/1993.

6. VIGÊNCIA

6.1. A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.



6.2. O Contrato a ser firmado com a sociedade empresária vencedora, terá **vigência de 12(doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade da prestação do serviço, no termo do inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA VENCEDORA:

7.1.1. Executar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, o serviço objeto do contrato, segundo as necessidades do DEMLURB.

7.1.2. Executar o serviço especificado na requisição, de acordo com as necessidades e o interesse do DEMLURB, obedecendo rigorosamente o prazo e as condições estabelecidas no contrato.

7.1.3. Pagar todo o tributo que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado.

7.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do artigo 55, sob pena de retenção do pagamento, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

7.1.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressões que se fizerem necessário no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% do valor contratado.

7.1.6. Garantir o perfeito funcionamento do veículo locado, promovendo o reparo que se fizer necessário à manutenção da frota, sem interrupção da locação normal.

7.1.7. Manter o veículo locado em perfeitas condições de funcionamento, com o dispositivo/equipamento de segurança e proteção exigido pela legislação.

7.1.8. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do veículo locado, a qual deverá se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência ao período para substituição de pneus desgastados, peças, materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimento de manutenção corretiva oriundo da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

7.1.9. Apresentar obrigatoriamente, quando da Vistoria Técnica, plano de manutenção e conservação do veículo locado a ser utilizado na execução do contrato, inclusive procedimento de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e plano de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

7.1.10. Revisar periodicamente, os itens de segurança do veículo locado, de forma que seja garantida a segurança do motorista e servidores do DEMLURB.

7.1.11. Fornecer o veículo compatível com a necessidade do DEMLURB, conforme exposto, no prazo máximo 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.



7.1.12. Substituir, por sua conta, imediatamente o veículo locado por outro de idêntica característica, em caso de sinistro e/ou problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

7.1.13. A Substituição a que se refere o sub-item anterior, deverá ser efetivada no prazo máximo de 02h(duas horas), contadas a partir da comunicação feita pelo Setor de Transporte do DEMLURB, através de requisição própria.

7.1.14. Manter documentação do veículo dentro das exigências estabelecidas pelo CNT.

7.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia: substituição de pneus e/ou rodas c/pneus, ocasionado por furo ou rasgo nos pneus e danificação nas rodas do veículo locado.

7.1.16. Disponibilizar o veículo locado com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiro, (cobertura física e material).

7.1.17. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB, as revisões preventivas e corretivas, serviço de borracharia e outras necessidades à manutenção do veículo locado, que correrão por conta da sociedade empresária contratada, p/acompanhamento da execução do contrato.

7.1.18. Não substituir, nem fornecer o veículo locado, por solicitação de condutor ou agente público, sem a prévia autorização do Setor de Transporte do DEMLURB.

7.1.19. Informar previamente ao Setor de Transporte do DEMLURB quando se tratar de veículo em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

7.1.20. Disponibilizar durante 24h (vinte e quatro horas), inclusive sábado domingo e feriado, atendimento para sinistro, serviço de guincho, borracharia e eventual substituição do veículo locado.

7.1.21. Disponibilizar no prazo máximo de 02h (duas horas), serviço de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

7.1.22. Todo o imposto, taxas, contribuições e outro porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão incluso no valor do contrato.

7.1.23. Responder por perdas e dano que vier causar ao DEMLURB, ou a terceiro, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

7.1.24. Apresentar nota fiscal/fatura, em 3(três) vias, correspondente ao serviço executado, contendo o custo e eventuais desconto concedido, acompanhada de relatório mensal de execução do serviço.

7.1.25. Comunicar, imediatamente e por escrito, todo o sinistro para o devido registro no Setor de Transportes do DEMLURB.

7.1.26. A contratada deverá **enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelo órgão fiscalizadores em tempo hábil**, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a sociedade empresária contratada, caso haja improcedência do recurso administrativo.

7.1.27. Acompanhar junto ao Setor de Transporte do DEMLURB a quilometragem do veículo locado para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.



7.1.28. Prestar ao Setor de Transporte do DEMLURB, toda e qualquer informação necessária, à perfeita execução do Contrato.

7.1.29. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiro, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, o veículo locado estiverem sob sua responsabilidade.

7.1.30. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço executado, no termo da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outro detalhamento, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas do DEMLURB.

7.1.31. A contratada deverá manter preposto, aceito pela Diretoria Operacional do DEMLURB, para representá-la na execução do contrato.

7.1.32. Executar o serviço no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

7.1.33. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao DEMLURB o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

7.1.34. Comunicar imediatamente ao DEMLURB, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

7.1.35. Responder direta e exclusivamente pela execução do Contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo serviço prestado a terceiro, sem o expresse consentimento do DEMLURB.

7.1.36. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.1.37. Responder por quaisquer danos ou prejuízo que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiro, durante a execução do Contrato, inclusive por ato praticado por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de crédito da sociedade empresária contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

7.1.38. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas relativas ao veículo locado:

- Imposto de Propriedade Veicular Automotiva – IPVA;
- Seguro Obrigatório;
- Taxa de Licenciamento;
- seguro total em relação a danos materiais e corporais a terceiro;
- pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção preventiva e corretiva do veículo, devido ao uso ou acidente;

7.1.39. Manter equipe de fiscalização e supervisão da qualidade do serviço prestado e representá-la sempre que necessário junto ao Município.

7.1.40. Apresentar, mensalmente, por contrato, relação da placa do veículo locado, com os dias de prestação de serviço, apontando as substituições, se houver ou o desconto, se ocorrer.

7.1.41. Manter estrutura em Juiz de Fora para funcionamento de escritório para atendimento diário ao Gestor do Contrato por todo o período de contratação, caso a sociedade empresária não tenha estabelecimento neste Município.



7.1.42. A CONTRATADA obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

7.1.43. Relatar, formalmente, ao Fiscalizador do Contrato toda e qualquer irregularidade observada no uso do veículo.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DO DEMLURB:

7.2.1. Requisitar, por meio da Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato, o serviço a serem prestado, conforme as necessidades do DEMLURB, por meio da respectiva Nota de Empenho e com autorização da Diretoria Operacional, que atestará o recebimento do serviço.

7.2.1.1. Compete ao fiscal da execução contratual:

I. emitir Ordens de Serviço;

II. fiscalizar a execução do serviço;

III. remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória;

IV. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeito observado.

7.2.2. O DEMLURB reserva-se no direito de não receber o veículo locado com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste documento, podendo aplicar as penalidades previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art.24, inciso XI da Lei 8.666/93.

7.2.3. Conferir o veículo locado, embora a sociedade empresária contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço nas condições especificadas.

7.2.4. Proporcionar condições à sociedade empresária contratada para que possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.

7.2.5. Comunicar à sociedade empresária contratada qualquer irregularidade no veículo locado e interromper imediatamente o mesmo, se for o caso.

7.2.6. Solicitar a correção do veículo locado que não apresentarem condições de serem utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo fiscalizador do Contrato.

7.2.7. Prestar as informações e o esclarecimento que venham a ser solicitado pela sociedade empresária contratada.

7.2.8. Impedir que terceiros executem o objeto do contrato.

7.2.9. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

7.2.10. Efetuar o pagamento à sociedade empresária contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Operacional, por meio do fiscalizador designado.

7.2.11. Notificar, por escrito, à sociedade empresária contratada da aplicação de qualquer sanção, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória.

7.2.12. Aplicar à sociedade empresária contratada, penalidades, quando for o caso;

7.2.13. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas:



- locação do veículo;
- remuneração de motoristas;
- abastecimento de combustível;
- multas advindas de infrações de trânsito, causadas pelos motoristas do DEMLURB, no período em que o veículo estiver locado.

8. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pelo DEMLURB;

8.1.1. O DEMLURB atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à sociedade empresária contratada;

8.1.2. O recebimento definitivo do objeto contratado, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

9. DA MEDIÇÃO do SERVIÇO

9.1. O serviço será remunerado pelo valor mensal contratado para cada veículo que for expedido a ordem de serviço.

9.2. A medição do serviço será mensal, e coincidirá com o último dia do mês.

9.3. Na hipótese de veículo sem substituição, por dia faltado, será descontada a fração de 3/30 do valor corresponde à locação mensal do automóvel.

9.4. O veículo locado através da modalidade denominada “diária” será faturado mensalmente na proporção de uso diário do veículo, quando contratado.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recurso Financeiro do DEMLURB, creditado em favor da sociedade empresária contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização e o Termo de Recebimento Definitivo emitido por servidor lotado na Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA/CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

10.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

10.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, Certidão Negativa de Débito Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Trabalhistas (CPENDT), Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa de Débito Municipal (Juiz de Fora), Certidão Negativa de Débito Municipal (Sede da Contratada), Certidão Conjunta de Débito Relativo ao Tributo Federais e Dívida Ativa da União, autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.



10.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **10.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

10.5. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força deste documento.

10.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **10.4**, não correrá juro ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste documento.

10.7. O documento de cobrança deverá ser corretamente emitido e, no caso de incorreção, será devolvido e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

10.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e o juro de mora será calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juro de mora anual;

EM = encargo moratório

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

10.9. Para a hipótese definida no item **10.8**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

11. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE PREÇO DO CONTRATO

11.1. O instrumento contratual a ser firmado com a sociedade empresária vencedora, poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o prazo mínimo de 01(um) ano, a contar da data da assinatura do contrato.

11.2. Para o reajuste do contrato será adotado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº. 8.542/2005.



Processo: Ano: Diretoria:

07709 2018 PJF

Item	Qtde	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado
1	12,00	298580066	Vr/Mês	Locação de Veículo Sem Motorista, tipo automóvel, com capacidade para transporte do condutor + 4 passageiros, 2 ou 3 volumes, 4 ou 5 portas, motor no mínimo 1.0, flex, com ar condicionado e com direção hidráulica, com calha de chuva. Locação Mensal.	2.580,000000	30.960,0000

Total do Processo: R\$ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta reais)

Obs.: Quantidade total de veículos estimada

Item	Código	Quantidade estimada de veículos (A)	Valor unitário mensal por veículo (B)	Valor mensal total estimado (A x B)	Valor anual estimado (AxBx12)
1	298580066	2	R\$ 1.290,00	R\$ 2.580,00	R\$ 30.960,00



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, neste ato representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG, residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no **Pregão Presencial nº 323/2018**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura de Juiz de Fora

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A sociedade empresária, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município a execução do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	Descrição	Quant. estimada de veículos (A)	Valor unitário mensal por veículo (B)	Valor mensal total estimado (A x B)	Valor anual estimado (Ax12)
1	Locação de Veículo Sem Motorista, tipo automóvel, com capacidade para transporte do condutor + 4 passageiros, 2 ou 3 volumes, 4 ou 5 portas, motor no mínimo 1.0, flex, com ar condicionado e com direção hidráulica, com calha de chuva. Locação Mensal.	2			

Global da proposta (R\$)

- Validade da proposta:
- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Carimbo do CNPJ

--



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. ----- /..... - -----
PROCESSO nº 07709/2018 - PP nº 323/2018
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A **Comissão Permanente de Licitação**, doravante denominada **CPL**, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, na forma do disposto nos artigos 4º e 13º, do Decreto nº.7.962/2002, através de sua Presidente, **Dra. RAFAELA MEDINA CURY** e a sociedade empresária estabelecida na Rua/Avenida n.º, CNPJ n.º, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF n.º, R.G. n.º, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da Lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº.10.520/2002 e Decreto Municipal nº.7.596/2002 de 02/08/2002, Decreto Municipal nº.7.962/2003 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **07709/2018**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas **para serviço de locação mensal de veículo automotor, sem motorista e sem combustível, para atender a demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 007709/2018, Pregão Presencial nº 323/2018, para atender demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (**DEMLURB**) doravante denominadas **UNIDADE REQUISITANTE e GESTORA**.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Quant. estimada de veículos (A)	Valor unitário mensal por veículo (B)	Valor mensal total estimado (A x B)	Valor anual estimado (AxBx12)
1	Locação de Veículo Sem Motorista, tipo automóvel, com capacidade para transporte do condutor + 4 passageiros, 2 ou 3 volumes, 4 ou 5 portas, motor no mínimo 1.0, flex, com ar condicionado e com direção hidráulica, com calha de chuva. Locação Mensal.	2			

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.



3.2 - Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

3.3 – Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4 - Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial nº 323/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 - As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2 – O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3 - Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil.

4.4 - A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1 – O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2 – Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 – Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4 – Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**,



independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1 – Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2 – Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.



6.3 – O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

7.1 - A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

7.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1 – O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº.8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.



9.3 - Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 9.2, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1 - Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 9.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4 - O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº.7962/2003.

9.6 – As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8 – Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9 – As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10 – Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº.8.666/93.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 323/2018**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº.8666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº.7596/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto nº.7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.



CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2018.

RAFAELA MEDINA CURY
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.: _____ Ass.: _____

Nome: _____ Nome: _____

C.I.: _____ C.I.: _____

C.P.F.: _____ C.P.F.: _____



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL n° 323/2018 - PJF

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob n°,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade n° e
do CPF n°, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Presencial n° 323/2018**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018 - PJF

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A
_____.

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DEMLURB, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr., brasileiro, casado, inscrito no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado DEMLURB e a empresa estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 323/2018**, conforme consta do **processo administrativo próprio nº 07709/2018** e Ata de Registro de Preços nº, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – É objeto deste instrumento a **serviço de locação mensal de veículo automotor, sem motorista e sem combustível, para atender a demanda do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB**, conforme Ata de Registro de Preços nº, e especificações do edital e anexos do Pregão Presencial nº 323/2018, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. A sociedade empresária contratada, quando da solicitação do veículo pelo DEMLURB, gestora do contrato, deverá atender a todas as exigências constantes neste documento.

1.3. O prazo de entrega e disponibilização do veículo para utilização será de no máximo 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da Solicitação do DEMLURB, acompanhada da Nota de Empenho.

1.4. A sociedade empresária contratada deverá, no ato da assinatura do Contrato, comprovar possuir a propriedade do veículo a ser locado.

1.4.1. A comprovação poderá ser feita através de Certificado de Propriedade do veículo ou contrato de *leasing* do mesmo, observando a quantidade máxima estimada para cada um.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato, tem o **valor de R\$** (.....), conforme valor do preço registrado e quantidade informados abaixo:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Valor mensal
			R\$	

2.2. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recurso Financeiro do DEMLURB, creditado em favor da sociedade empresária contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização e o Termo de Recebimento Definitivo emitido por servidor lotado na Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato:



BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA/CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

2.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, Certidão Negativa de Débito Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Trabalhistas (CPENDT), Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa de Débito Municipal (Juiz de Fora), Certidão Negativa de Débito Municipal (Sede da Contratada), Certidão Conjunta de Débito Relativo ao Tributo Federais e Dívida Ativa da União, autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

2.5. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

2.6. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força deste documento.

2.7. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **2.5**, não correrá juro ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste documento.

2.8. O documento de cobrança deverá ser corretamente emitido e, no caso de incorreção, será devolvido e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal/fatura.

2.9. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e o juro de mora será calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juro de mora anual;

EM = encargo moratório

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

2.10. Para a hipótese definida no item **2.9**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

2.11. A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada na dotação orçamentária n.º

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da



despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O Contrato terá **vigência de 12(doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade da prestação do serviço, no termo do inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

3.5. DO REAJUSTE E REACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

3.5.1. O instrumento contratual a ser firmado com a sociedade empresária vencedora, poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o prazo mínimo de 01(um) ano, a contar da data da assinatura do contrato.

3.5.2. Para o reajuste do contrato será adotado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº. 8.542/2005.

3.6. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

3.6.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados pelo DEMLURB;

3.6.1.1. O DEMLURB atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à sociedade empresária contratada;

3.6.1.2. O recebimento definitivo do objeto contratado, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (LOCAÇÃO DE VEÍCULO)

4.1. A prestação do serviço objeto deste documento será realizada pela sociedade empresária a contar do firmamento do Contrato e se fará, quando da apresentação da requisição própria do DEMLURB, devidamente assinada por seu servidor designado pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

4.1.1. Os veículos serão locados de acordo com as necessidades do DEMLURB e **deverão estar à disposição em no máximo 10 (dez) dias úteis** após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.

4.1.2. **Todo o veículo** discriminado neste, no ato do recebimento, **deverá ser de propriedade da sociedade empresária contratada, novo, na cor prata, com no máximo 01(um) ano de fabricação e no máximo 2.000 km rodado**, movido a gasolina ou flex, contados a partir da data da assinatura da Ata, do Contrato ou Aditivo de acréscimo, todo em perfeito estado de conservação e uso, e deverá estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

4.1.3. A sociedade empresária contratada deverá entregar o veículo ao DEMLURB, na Avenida Francisco Valadares, 1000 - Vila Ideal, Juiz de Fora – MG, às suas expensas.



4.2. Não será aceito veículo diferentemente do especificado neste documento, sob pena de devolução do mesmo e aplicação das penalidades cabíveis.

4.2.1. o veículo objeto da locação, será vistoriado pelo DEMLURB e o recusado deverá ser substituído por outro com a mesma característica definida neste, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal, devidamente justificada.

4.2.2. Caso a sociedade empresária contratada, no prazo previsto no item **4.2.1**, não disponha do veículo na condição prevista, deverá no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas), a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato a ser providenciado pela Unidade Requisitante, disponibilizar veículo provisório, no mínimo, na mesma característica do locado, exceto no que diz respeito a cor, quilometragem e ano de fabricação, todo em bom estado de conservação e uso, devendo este, estar registrado junto ao DETRAN em nome da sociedade empresária contratada.

4.2.2.1. O veículo provisório será vistoriado pelo DEMLURB e em caso de nova recusa, deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas após a comunicação formal, devidamente justificada.

4.2.2.2. Utilizando a sociedade empresária contratada da prerrogativa prevista no item **4.2.1**, o prazo para entrega do veículo definitivo, nas condições previstas, será de no máximo 30 (trinta) dias úteis a contar da data da entrega do 1º (primeiro veículo).

4.3. O DEMLURB não se responsabilizará por veículo locado a terceiro, mesmo que este seja seu servidor.

4.4. Durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preço, o veículo que não apresentar as características constantes do item **4.1.2** ou não apresente condições de segurança, conservação e limpeza adequadas à sua utilização, a critério do usuário ou da fiscalização, deverá ser substituído.

4.5. A sociedade empresária contratada deverá entregar no DEMLURB – Setor de Transportes, juntamente com o veículo locado, o seguinte documento: Certificado Registro Licenciamento de Veículo, Bilhete de Seguro DPVAT pago, IPVA pago, Taxa de Licenciamento paga e Declaração de Nada Consta do veículo relativo a possíveis multas e cópia da apólice de seguro particular contra terceiro e acidentes. Esta exigência aplica-se, também, ao veículo de reserva.

4.6. Em caso excepcional e, devidamente autorizado e justificado pela Diretoria Operacional do DEMLURB, poderá ser utilizado veículo extra, na modalidade diária, desde que observado o limite da previsão orçamentária, considerando-se como extra, aquele veículo que não ultrapassar a sua utilização em mais de 05 (cinco) dias corrido e o pagamento será realizado na proporção de uma diária para cada 24h (vinte e quatro horas), conforme preço previamente registrado.

4.7. No veículo locado, poderá ser instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento que for necessário ao desempenho da função, bem como poderá receber identificação por adesivo, pela Prefeitura de Juiz de Fora, Administração Direta e Indireta, correspondente ao serviço prestado, às suas expensas através de projeto definido pela Secretaria de Comunicação Social – SCS e implantado pelo DEMLURB, vedada a utilização de quaisquer outros tipos.

4.8. O veículo locado através da modalidade “diária” e o veículo de reserva, não será adesivado e ou instalado giroflex, rádio comunicador ou qualquer outro equipamento.

4.9. Ao término do contrato ou das condições previstas no item **4.14**, o custo com retirada do equipamento instalado serão de responsabilidade da Contratante e recuperação da pintura do veículo serão por conta e risco da Contratada, sem qualquer ônus a Contratante.

4.10. Não será permitida a utilização de veículo diferente do tipo contratado.

4.11. A sociedade empresária contratada adotará controle de uso mediante a emissão de *Boletim Diário de Transporte (BDT)*, conforme modelo já adotado pela Municipalidade.



4.12. O período de utilização da frota, na modalidade “locação mensal” será de 24h (vinte e quatro horas) diárias, 7(sete) dias por semana.

4.13. O controle da quilometragem rodada mensalmente se fará somente para fins de controle de utilização do veículo locado e dar-se-á através do odômetro da viatura, que deverá se encontrar em perfeito funcionamento.

4.14. Os veículos locados deverão ser trocados automaticamente ao atingirem 60.000km (sessenta mil quilômetros), devendo o veículo ser substituído por outro veículo novo (zero km), nas mesmas condições e características definidas neste, principalmente em caso de eventual prorrogação do prazo contratual.

4.15. Em caso de avaria mecânica em viagens, a sociedade empresária contratada deverá ressarcir ao DEMLURB, os valores pago decorrentes do reparos emergenciais e traslado do veículo e passageiro, sempre mediante a devida comprovação do gasto efetuado, se não for possível a utilização de outro veículo da frota em tempo hábil do atendimento.

4.16. Todo o veículo deverá apresentar emplacamento realizado na data estipulada pelo órgão competente, de acordo com o final da placa e deverão estar segurado com cobertura total contra acidentes, dano a terceiro, furto, roubo e incêndio e dano materiais e corporais.

4.17. A Contratada obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

4.18. A contratada deverá disponibilizar serviço de guincho 24h (vinte e quatro horas) para recolhimento de veículo acidentado ou com falha mecânica, dentro do Município.

4.19. Em caso de pane ou acidente, substituir o veículo por outro, nas mesmas condições do veículo locado, no prazo máximo de 04(quatro) horas a partir do comunicado do setor responsável do DEMLURB (Setor de Transportes) à Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1.1. Executar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, o serviço objeto do contrato, segundo as necessidades do DEMLURB.

5.1.2. Executar o serviço especificado na requisição, de acordo com as necessidades e o interesse do DEMLURB, obedecendo rigorosamente o prazo e as condições estabelecidas no contrato.

5.1.3. Pagar todo o tributo que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado.

5.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do artigo 55, sob pena de retenção do pagamento, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

5.1.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressões que se fizerem necessário no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% do valor contratado.

5.1.6. Garantir o perfeito funcionamento do veículo locado, promovendo o reparo que se fizer necessário à manutenção da frota, sem interrupção da locação normal.



5.1.7. Manter o veículo locado em perfeitas condições de funcionamento, com o dispositivo/equipamento de segurança e proteção exigido pela legislação.

5.1.8. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva do veículo locado, a qual deverá se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto no manual do fabricante, com obediência ao período para substituição de pneus desgastados, peças, materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimento de manutenção corretiva oriundo da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

5.1.9. Apresentar obrigatoriamente, quando da Vistoria Técnica, plano de manutenção e conservação do veículo locado a ser utilizado na execução do contrato, inclusive procedimento de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículo paralisado na operação em função de defeito e plano de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

5.1.10. Revisar periodicamente, os itens de segurança do veículo locado, de forma que seja garantida a segurança do motorista e servidores do DEMLURB.

5.1.11. Fornecer o veículo compatível com a necessidade do DEMLURB, conforme exposto, no prazo máximo 48h (quarenta e oito horas) após a emissão da Nota de Empenho e recebimento da mesma pela sociedade empresária contratada.

5.1.12. Substituir, por sua conta, imediatamente o veículo locado por outro de idêntica característica, em caso de sinistro e/ou problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

5.1.13. A Substituição a que se refere o sub-item anterior, deverá ser efetivada no prazo máximo de 02h(duas horas), contadas a partir da comunicação feita pelo Setor de Transporte do DEMLURB, através de requisição própria.

5.1.14. Manter documentação do veículo dentro das exigências estabelecidas pelo CNT.

5.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviço de borracharia: substituição de pneus e/ou rodas c/pneus, ocasionado por furo ou rasgo nos pneus e danificação nas rodas do veículo locado.

5.1.16. Disponibilizar o veículo locado com apólice de seguro total (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiro, (cobertura física e material).

5.1.17. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB, as revisões preventivas e corretivas, serviço de borracharia e outras necessidades à manutenção do veículo locado, que correrão por conta da sociedade empresária contratada, p/acompanhamento da execução do contrato.

5.1.18. Não substituir, nem fornecer o veículo locado, por solicitação de condutor ou agente público, sem a prévia autorização do Setor de Transporte do DEMLURB.

5.1.19. Informar previamente ao Setor de Transporte do DEMLURB quando se tratar de veículo em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto o mesmo.

5.1.20. Disponibilizar durante 24h (vinte e quatro horas), inclusive sábado domingo e feriado, atendimento para sinistro, serviço de guincho, borracharia e eventual substituição do veículo locado.

5.1.21. Disponibilizar no prazo máximo de 02h (duas horas), serviço de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.



5.1.22. Todo o imposto, taxas, contribuições e outro porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão incluso no valor do contrato.

5.1.23. Responder por perdas e dano que vier causar ao DEMLURB, ou a terceiro, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

5.1.24. Apresentar nota fiscal/fatura, em 3(três) vias, correspondente ao serviço executado, contendo o custo e eventuais desconto concedido, acompanhada de relatório mensal de execução do serviço.

5.1.25. Comunicar, imediatamente e por escrito, todo o sinistro para o devido registro no Setor de Transportes do DEMLURB.

5.1.26. A contratada deverá **enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelo órgão fiscalizadores em tempo hábil**, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a sociedade empresária contratada, caso haja improcedência do recurso administrativo.

5.1.27. Acompanhar junto ao Setor de Transporte do DEMLURB a quilometragem do veículo locado para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

5.1.28. Prestar ao Setor de Transporte do DEMLURB, toda e qualquer informação necessária, à perfeita execução do Contrato.

5.1.29. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiro, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, o veículo locado estiverem sob sua responsabilidade.

5.1.30. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço executado, no termo da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outro detalhamento, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas do DEMLURB.

5.1.31. A contratada deverá manter preposto, aceito pela Diretoria Operacional do DEMLURB, para representá-la na execução do contrato.

5.1.32. Executar o serviço no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

5.1.33. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao DEMLURB o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.1.34. Comunicar imediatamente ao DEMLURB, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.1.35. Responder direta e exclusivamente pela execução do Contrato, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo serviço prestado a terceiro, sem o expresso consentimento do DEMLURB.

5.1.36. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.37. Responder por quaisquer danos ou prejuízo que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiro, durante a execução do Contrato, inclusive por ato praticado por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de crédito da sociedade empresária contratada;



b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

5.1.38. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas relativas ao veículo locado:

- Imposto de Propriedade Veicular Automotiva – IPVA;
- Seguro Obrigatório;
- Taxa de Licenciamento;
- seguro total em relação a danos materiais e corporais a terceiro;
- pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção preventiva e corretiva do veículo, devido ao uso ou acidente;

5.1.39. Manter equipe de fiscalização e supervisão da qualidade do serviço prestado e representá-la sempre que necessário junto ao Município.

5.1.40. Apresentar, mensalmente, por contrato, relação da placa do veículo locado, com os dias de prestação de serviço, apontando as substituições, se houver ou o desconto, se ocorrer.

5.1.41. Manter estrutura em Juiz de Fora para funcionamento de escritório para atendimento diário ao Gestor do Contrato por todo o período de contratação, caso a sociedade empresária não tenha estabelecimento neste Município.

5.1.42. A CONTRATADA obriga-se a manter em Juiz de Fora, oficina conveniada para manutenção preventiva e corretiva do veículo locado.

5.1.43. Relatar, formalmente, ao Fiscalizador do Contrato toda e qualquer irregularidade observada no uso do veículo.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO DEMLURB:

5.2.1. Requisitar, por meio da Diretoria Operacional, responsável pela fiscalização do Contrato, o serviço a serem prestado, conforme as necessidades do DEMLURB, por meio da respectiva Nota de Empenho e com autorização da Diretoria Operacional, que atestará o recebimento do serviço.

5.2.1.1. Compete ao fiscal da execução contratual:

- I. emitir Ordens de Serviço;
- II. fiscalizar a execução do serviço;
- III. remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória;
- IV. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeito observado.

5.2.2. O DEMLURB reserva-se no direito de não receber o veículo locado com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste documento, podendo aplicar as penalidades previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art.24, inciso XI da Lei 8.666/93.

5.2.3. Conferir o veículo locado, embora a sociedade empresária contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação do serviço nas condições especificadas.

5.2.4. Proporcionar condições à sociedade empresária contratada para que possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.

5.2.5. Comunicar à sociedade empresária contratada qualquer irregularidade no veículo locado e interromper imediatamente o mesmo, se for o caso.

5.2.6. Solicitar a correção do veículo locado que não apresentarem condições de serem utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo fiscalizador do Contrato.



5.2.7. Prestar as informações e o esclarecimento que venham a ser solicitado pela sociedade empresária contratada.

5.2.8. Impedir que terceiros executem o objeto do contrato.

5.2.9. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

5.2.10. Efetuar o pagamento à sociedade empresária contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Operacional, por meio do fiscalizador designado.

5.2.11. Notificar, por escrito, à sociedade empresária contratada da aplicação de qualquer sanção, quando o serviço não estiverem sendo prestado de forma satisfatória.

5.2.12. Aplicar à sociedade empresária contratada, penalidades, quando for o caso;

5.2.13. Responsabilizar-se pelo pagamento das seguintes despesas:

- locação do veículo;
- remuneração de motoristas;
- abastecimento de combustível;
- multas advindas de infrações de trânsito, causadas pelos motoristas do DEMLURB, no período em que o veículo estiver locado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

6.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.



6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO DO SERVIÇO

7.1. O serviço será remunerado pelo valor mensal contratado para cada veículo que for expedido a ordem de serviço.

7.2. A medição do serviço será mensal, e coincidirá com o último dia do mês.

7.3. Na hipótese de veículo sem substituição, por dia faltoso, será descontada a fração de 3/30 do valor corresponde à locação mensal do automóvel.

7.4. O veículo locado através da modalidade denominada “diária” será faturado mensalmente na proporção de uso diário do veículo, quando contratado.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO

8.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, parcialmente, o objeto do contrato, mediante prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa e desde que o cessionário preencha os requisitos de habilitação jurídica, financeira, técnica e fiscal consignados no ato convocatório do certame.



**CLÁUSULA NONA
DAS COMUNICAÇÕES**

9.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ____ de _____ de 2018.

Diretor Geral

Contratada

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____